



PUC-SP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

Luiza Xavier Pinheiro

**A juventude periférica e a dimensão subjetiva da desigualdade social
na cidade de São Paulo: uma revisão integrativa da literatura**

SÃO PAULO

2023

Luiza Xavier Pinheiro

**A juventude periférica e a dimensão subjetiva da desigualdade social
na cidade de São Paulo: uma revisão integrativa da literatura**

Trabalho de conclusão de curso como exigência
parcial para a graduação no curso de Psicologia, sob
orientação da Prof.^a Dr.^a Andréia de Conto Garbin.

SÃO PAULO

2023

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento desse trabalho foi possível por conta da rede de apoio em minha vida, pessoas que longe ou perto fisicamente se mantiveram presentes e generosas.

Agradeço, primariamente, aos meus pais, que fizeram esforços possíveis e impossíveis para que eu pudesse completar a graduação e ter todas as oportunidades imagináveis. Em especial, à minha mãe, que leu cada linha deste trabalho, segurou minha mão e me passou seu amor e potência a todo momento.

Agradeço à minha família, que se mostrou mais forte e amorosa do que todos os quilômetros que nos separam.

Agradeço a minha orientadora, a Profa. Dra. Andréia de Conto Garbin, que acreditou neste trabalho e em mim com paciência e gentileza durante uma caminhada que nem sempre foi fácil.

Agradeço a minhas orientadoras de iniciação científica, a Profa. Dra. Maria da Graça Marchina Gonçalves, Profa. Dra. Ana Mercês Bahia Bock e Profa. Ms. Sandra Gagliardi Sanchez, que me colocaram em contato não apenas com o tema deste trabalho, mas com uma outra forma de enxergar a Psicologia.

Agradeço aos meus amigos, que me tranquilizaram e ofereceram amor e cumplicidade durante essa caminhada.

Agradeço à Clara, minha irmã de coração, que me acompanhou e amparou em todos os sentidos, desde minha vinda para São Paulo.

Agradeço a Deus, por ter colocado tantas pessoas maravilhosas em minha vida.

“Olhou para o trapiche. Não era como um quadro sem moldura. Era como a moldura de inúmeros quadros. Como quadros de uma fita de cinema. Vidas de luta e de coragem. De miséria também.”

(Amado, 1947, p.219)

RESUMO

O território, em sua complexidade, considerando suas múltiplas dimensões, é um fator identitário significativo, refletindo em diversas áreas da vida do indivíduo, desde a forma como ele socializa, seus afetos, até sua saúde física e suas formas de enfrentamento perante as desigualdades desse mesmo território. Para tal, este estudo procurou conhecer a dimensão subjetiva dessas desigualdades sociais a partir das vivências dos jovens moradores da periferia e refletir sobre o impacto das condições dos territórios urbanos específicos das cidades na subjetividade de seus habitantes, nessa fase importante de experimentação e desenvolvimento. A metodologia contou com uma revisão integrativa da literatura sobre o tema a partir da pergunta: Como as vivências dos jovens moradores da periferia se relacionam com a dimensão subjetiva da desigualdade social na cidade de São Paulo? Optou-se por essa cidade, por ser populosa e diversa em termos culturais, étnicos, econômicos e, conseqüentemente, territoriais. Dessa forma, buscou-se nas plataformas *Scientific Electronic Library Online (SCIELO)*, Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e *Google Scholar*, incluindo artigos e capítulos de livro completos que apresentam as seguintes palavras-chave: “juventude”, “periferia” e “São Paulo” e estão disponíveis em português ou inglês. Ao final, sete artigos científicos de abordagem qualitativa e empírica dos últimos cinco anos foram selecionados. Tais resultados permitiram a compreensão, a partir da visão da Psicologia Sócio-histórica, das tendências e contradições sobre as vivências da juventude periférica e a dimensão subjetiva da desigualdade social na cidade de São Paulo. Assim, concluiu-se que a periferia é um fator identitário para os jovens, que ultrapassa parâmetros físicos; que a juventude, mais que uma fase biológica homogênea, é um período atravessado por fatores de raça, classe, gênero e historicidade; e que a juventude periférica da cidade de São Paulo, ao vivenciar a desigualdade social presente no espaço urbano, cria e recria seus espaços de cumplicidade, ressignificação, experimentação e desenvolvimento, transformando a violência em indignação, potência, alegria e esperança, por meio da coletividade.

Palavras-chave: juventude, dimensão subjetiva, desigualdade social, cidade de São Paulo, periferia.

ABSTRACT

The territory, in its complexity, considering its multiple dimensions, is a significant identity factor, reflecting in various areas of an individual's life, from how they socialize, their affections, to their physical health and their coping mechanisms in the face of the inequalities in that same territory. To this end, this study sought to understand the subjective dimension of these social inequalities, based on the experiences of young residents of the periphery and to reflect on the impact of the conditions in specific urban territories of cities on the subjectivity of their inhabitants in this important phase of experimentation and development. The methodology included an integrative review of the literature on the topic, starting with the question: How do the experiences of young residents of the periphery relate to the subjective dimension of social inequality in the city of São Paulo? This city was chosen because it is populous and diverse in terms of culture, ethnicity, economics, and, consequently, territorial diversity. In this way, we searched the Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Electronic Journals of Psychology (PePSIC), Virtual Health Library (BVS), and Google Scholar platforms, including articles and full book chapters with the following keywords: "youth," "suburbs," and "São Paulo," available in Portuguese or English. In the end, seven qualitative and empirical scientific articles from the last five years were selected. These results allowed for an understanding, from the perspective of Socio-Historical Psychology, of the trends and contradictions regarding the experiences of peripheral youth and the subjective dimension of social inequality in the city of São Paulo. Thus, it was concluded that the periphery is an identity factor for young people that goes beyond physical parameters, that youth, more than a homogeneous biological phase, is a period influenced by factors of race, class, gender, and historicity, and that the peripheral youth of the city of São Paulo, experiencing social inequality in urban space, creates and recreates spaces of complicity, resignification, experimentation, and development, transforming violence into indignation, power, joy, and hope through the community.

Keywords: youth, subjective dimension, social inequality, city of São Paulo, periphery

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 Dimensão subjetiva na perspectiva da Psicologia Sócio-histórica.....	10
1.2 Noção de juventude para Psicologia Sócio-histórica.....	11
1.3 A desigualdade Social.....	13
1.4 Desigualdade Social na cidade de São Paulo e o território.....	15
1.5 A periferia e o sujeito periférico	20
2. OBJETIVOS	23
2.1 Objetivo geral.....	23
2.2 Objetivos específicos	23
3. MÉTODO.....	24
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
4.1 A periferia: distância espacial e a violência social de raça e gênero.....	31
4.2 As políticas públicas e a juventude periférica	33
4.3 A juventude: uma construção sócio-histórica	37
4.4 A ressignificação do sofrimento por meio da experiência coletiva	38
4.5 O relato oral como método de apreensão de significados.....	39
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- 1. Figura 1:** Mapa da cidade de São Paulo dividido em seis padrões territoriais distintos que conformam a cidade **16**
- 2. Figura 2:** Agrupamentos gerados no processo de clusterização **17**
- 3. Figura 3:** Mapa da desigualdade social de 2022, dez distritos que apareceram mais vezes nas tabelas de indicadores com piores índices de qualidade de vida. **18**
- 4. Figura 4:** Mapa do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) de 2010 **19**
- 5. Figura 5:** Fluxograma do processo de identificação dos artigos para análise na pesquisa **26**
- 6. Quadro 1:** Artigos selecionados para o estudo, período de 2018 – 2022 **27**

1. INTRODUÇÃO

Este estudo versa sobre as condições vivenciadas pela juventude periférica e a dimensão subjetiva da desigualdade social na cidade de São Paulo. A escolha da temática foi inspirada no projeto Iniciação Científica “Desigualdade social e periferia - dimensão subjetiva, suas configurações e expressões de resistência”, realizado durante os anos de 2022 e 2023, sob orientação da Profa. Dra. Maria da Graça Marchina Gonçalves, Profa. Dra. Ana Mercês Bahia Bock e Profa. Ms. Sandra Gagliardi Sanchez da Faculdade de Ciências Humanas e Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Parte-se da compreensão de que os espaços nas sociedades urbanas devem ser favoráveis à felicidade (Lefebvre, 1991). Desse modo, um território representa “não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence” (Santos, 2009, p.08).

Há que se considerar o território, além da noção geográfica, “mas antes de tudo uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder” (Foucault, 1979, p.157).

Nesse contexto, a psicologia pode contribuir nas discussões críticas a respeito do bem-estar coletivo, e para a construção de práticas de cuidado democráticas a diversos grupos e indivíduos. Para tanto, é importante conhecer a dimensão subjetiva das desigualdades sociais que os afetam, e contribuir para a reflexão sobre a divisão socioespacial das cidades e suas significações para os seus habitantes.

Assim, optou-se por discutir a respeito da dimensão subjetiva da desigualdade social da cidade de São Paulo por meio das vivências dos jovens moradores dos territórios periféricos da cidade. A juventude é marcada pelos desafios e enfrentamentos da construção da personalidade e é, por vezes, reduzida a um período de transição naturalmente conturbado, em detrimento da análise dos contextos sociais e culturais – fatores essenciais na formação da autoconsciência - gerando um déficit nas práticas de cuidado para esse grupo (Bock, 2004).

Dessa forma, articula-se a noção de território como fator identitário que define e é definido pelas pessoas e suas práticas culturais, com a vivência dos adolescentes da periferia carregada de afetos que dão luz à dimensão subjetiva da desigualdade social na cidade de São Paulo.

1.1 Dimensão subjetiva na perspectiva da Psicologia Sócio-histórica

A Psicologia Sócio-histórica baseia-se na teoria marxista do materialismo histórico-dialético. De acordo com Bock; Gonçalves; Rosa (2020), para a abordagem Sócio-histórica, a psicologia deve apresentar uma visão materialista, no sentido que a realidade existe independente da razão e do idealismo; histórica, pois deve ser compreendida a partir das metamorfoses e mudanças contínuas; e dialética, visto que é sempre dotada de contradições e suas superações, que são a base da realidade.

Segundo as autoras, a abordagem propõe a superação da dicotomia sujeito-objeto, característica do método positivista das ciências naturais, em que o sujeito se distancia do objeto de pesquisa para que seja mantida uma neutralidade e objetividade, as quais darão credibilidade ao conhecimento. Esta teoria sustenta que o ser humano nasce com o potencial material para sua humanidade, porém, ela é desenvolvida a partir de do contato com a coletividade social e cultural.

A Psicologia Sócio Sócio-histórica tece críticas à psicologia naturalizante, que coloca os processos psíquicos como internos, pois essa visão reforça a construção de diálogos meritocráticos, de exclusão e de patologização da pobreza e do diferente. Para Bock; Gonçalves; Rosa (2020), a subjetividade é construída em relação ao mundo material, à objetividade, formando uma dialética entre contrários.

A dimensão subjetiva representa uma categoria de análise primariamente utilizada por Furtado (1986) que compreende a dialética entre objetividade e subjetividade. O ser humano, como agente social ativo modifica a materialidade tanto quanto é modificado por ela. Isto é, as estruturas sociais objetivas carregam significações dadas pelos indivíduos, os quais não podem ser compreendidos fora da materialidade, do trabalho, da vida em sociedade, que carrega uma historicidade passada e modificada entre as gerações. Os sentidos são históricos e possibilitados pelos processos de subjetivação dos significados. Portanto, para um estudo completo dos fenômenos psíquicos, consideram-se outros campos de conhecimento, de forma que o pesquisador possa compreender o processo de significação e subjetivação sempre em relação ao material, constituindo uma unidade dialética (Bock; Gonçalves; Rosa, 2020).

1.2 Noção de juventude para Psicologia Sócio-histórica

A juventude é compreendida para além de uma ideia desenvolvimentista fechada de uma faixa-etária carregada de aspectos cognitivos específicos, mas como uma construção social relacionada às diversas condições sociais e históricas vivenciadas por tal geração de indivíduos, de acordo com a Psicologia Sócio-histórica.

O meio social atribui diversas significações para o estado de ser jovem, que justificam suas características, contribuindo para a formação da visão de juventude enquanto construção social naturalizada (Stamato, 2008). Assim, a Psicologia Sócio-histórica compromete-se a discutir a juventude enquanto categoria dialética que constrói e é construída a partir do meio material e histórico, admitindo uma diversidade de juventudes que são formadas a partir de fatores como classe social, raça e gênero – bases para a constituição subjetiva plural da dialética indivíduo-sociedade discutida a partir de autores como Lev Vygotsky.

A juventude é uma fase de alto potencial de desenvolvimento das funções psicológicas superiores enquanto base da autoconsciência humana – o núcleo fundamental da personalidade, de acordo com Vygotsky (1984). O processo de síntese de tal personalidade ocorre a partir da reestruturação das atividades internas e externas por meio de diversas metamorfoses orgânicas e da internalização das práticas culturais, que se tornam conscientes para o indivíduo conforme o amadurecimento.

Vygotsky (1984) entende a ideia de autoconsciência em relação à internalização das funções superiores, no sentido de que a aprendizagem humana ocorre através de processos de internalização, em que as funções mentais que inicialmente são externas e sociais são gradualmente internalizadas. Desse modo, a autoconsciência também é internalizada ao longo do desenvolvimento humano, sendo mediada pelas interações sociais e culturais, e adquirindo significações pessoais ao decorrer do tempo, permitindo que o indivíduo compreenda a si mesmo e aos outros de forma essencial para o desenvolvimento de outras funções superiores, como a linguagem e o pensamento abstrato.

Para Vygotsky (1984), há uma diferença significativa no desenvolvimento das funções psicológicas na adolescência e na infância. De acordo com o autor, isso ocorre porque a adolescência é um período de transição entre a infância e a idade adulta, durante o qual ocorrem mudanças significativas nas atividades culturais e sociais dos indivíduos, bem como em sua capacidade de reflexão e abstração. Na infância, o desenvolvimento

das funções psicológicas superiores está relacionado à interação com adultos e com as atividades culturais da sociedade em que a criança vive. Nesse processo, a linguagem é uma ferramenta essencial para a aprendizagem e o desenvolvimento, e os adultos desempenham um papel fundamental na mediação entre a criança e o mundo social. Tal autor (1996) enfatiza a importância da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que é a distância entre o nível atual de desenvolvimento de uma criança e o nível de desenvolvimento potencial que ela pode alcançar com a ajuda de um adulto.

Já na adolescência, a exposição a novas ideias e conhecimentos, bem como a interação com pares, torna possível um maior desenvolvimento dessa capacidade reflexiva de construção do pensamento abstrato. Além disso, a linguagem torna-se cada vez mais complexa e sofisticada para o pensamento e a comunicação. Dessa forma, o autor atribui as características da adolescência e juventude, enquanto fase de mudanças significativas, em grande parte a tal processo de internalização, com alto potencial durante esse período, visto que durante a adolescência, os jovens passam por um processo de transição em que precisam desenvolver novas habilidades cognitivas e sociais para lidar com as demandas do mundo adulto. Assim, Vygotsky (1996) argumenta que a internalização das funções superiores permite que os jovens gradualmente desenvolvam um maior controle sobre seu próprio pensamento e comportamento. Então, para o maior desenvolvimento dessa habilidade de produção de pensamentos mais abstratos, hipotéticos e reflexivos por meio da mediação cultural e social, os jovens precisam de oportunidades para experimentar e testar novas ideias e conceitos em contextos seguros e protegidos.

Portanto, o processo de internalização também envolve a construção de modelos mentais cada vez mais complexos e sofisticados, que permitem aos jovens lidarem com situações cada vez mais complexas e imprevisíveis. Assim, durante o amadurecimento, os jovens passam por tal processo de desenvolvimento da autoconsciência e começam a perceber-se como indivíduos distintos, capazes de tomar suas próprias decisões e responsáveis por suas ações (Vygotsky, 1984).

A partir das concepções propostas por Vygotsky, autoras atuais, como Ana Bock (2004), discorrem sobre as pluralidades da juventude dentro do contexto contemporâneo, em que os jovens são roubados de suas possibilidades de experimentação para atender as demandas do mercado capitalista, dentro de seu contexto raça, classe e gênero. Tal juventude é introduzida a uma sociedade que exige maior tempo de formação e uma ampliação da produtividade do homem no trabalho, ocorrendo um retardo da inserção no

mercado de trabalho e no mundo adulto, gerando uma ideia social de juventude com menos espaço de participação e expressão, uma vez que é considerada como uma faixa de transição com demandas passageiras.

Assim, a juventude é reduzida a um período transicional biológico errático, segundo Stamato (2008), em que as respostas comportamentais dos jovens são aculturadas e naturalizadas como inerentes à fase da vida, quando, na verdade, tais atitudes estão inseridas em um contexto social e histórico que as modula a partir das dinâmicas sociais.

1.3 A desigualdade Social

Entende-se desigualdade social enquanto um desarranjo de poder social gerado por diversos processos históricos, econômicos e ideológicos. Durante a sociedade agrária, a desigualdade era advinda da concentração de terras, o colonialismo e a exclusão étnico-racial que a compunha. Já na sociedade urbana-industrial, tal processo amplia-se pelo monopólio da propriedade privada e recursos de produção para organização capitalista (Pochmann, 2015).

Para o autor, a desigualdade teria diminuído durante o século XX por conta das experiências socialistas e movimentos anticapitalistas, retornando mais forte no século XXI pelo fortalecimento do neoliberalismo, com uma movimentação territorial de recursos para a produção de bens de consumo a partir dos interesses das grandes corporações. Esse processo resultou no enfraquecimento das instituições públicas e das organizações sociais, impulsionando narrativas meritocráticas que colocam a desigualdade como fruto de esforços individuais, aludindo a uma suposta potência de mobilidade social gerada apenas pelas capacidades do indivíduo (Pochmann, 2015).

Desse modo, é possível entender a desigualdade enquanto fenômeno dinâmico e mutável, que muda a partir das condições históricas e materiais. No Brasil, a desigualdade de repartição de renda e riqueza se manteve presente durante toda história do país, mesmo frente ao crescimento produtivo. De acordo com o *Atlas da Exclusão Social – os ricos no Brasil* (Amorim; Campos; Pochmann, 2009), 90% da população brasileira vive apenas com 25% da riqueza nacional. Em paralelo, no período colonial, durante o século XIII, 10% da população vivia com 2/3 da riqueza nacional. Assim, nota-se que a disparidade de poderes e a concentração de renda sempre foram uma constante desde que o país era colônia portuguesa, apesar de ainda haver agravantes nesse desarranjo, conforme os

processos históricos. Por exemplo, houve certa contenção entre as décadas de 1930 e 1960 por conta do aumento da organização popular, já no período da ditadura militar a desigualdade social foi ampliada pelo capitalismo selvagem, em que houve incentivos econômicos, porém sem desenvolvimento social (Pochmann, 2015).

Tal situação é resultado, para além da concentração de riqueza, segundo Pochmann (2015), de uma concentração de poder nas mãos da elite patrimonialista do país, sustentada pelo conservadorismo. Essa estabilidade contribuiu para que o país não viva, nem tenha vivido, uma experiência revolucionária de reforma considerável, capaz de mudar tal padrão distributivo. Observa-se também que o estado democrático da sociedade brasileira ainda é muito frágil, uma vez que a real democracia no país ainda é muito recente (voto universal e secreto) se comparada com o período que o Brasil viveu sob regime autoritário, durante o Estado Novo (1937-1945) e o regime militar (1964-1985), período em que a elite era mais beneficiada e as demandas populares. Inclusive o encaminhamento de questões referentes ao padrão distributivo de renda, estrutura tributária e políticas públicas, foram negligenciadas, quando não durante reprimidas.

Diante disso, nota-se que as mudanças nos padrões de funcionamento dos meios de produção, a história e cultura democrática são fatores extremamente relevantes para que tal desbalanço social, que é derivado de uma série de relações de poder historicamente construídas. As consequências para a qualidade de vida da população são inúmeras, diretas e indiretas, e comprometem a cidadania e dignidade dos cidadãos não favorecidos pela manutenção da desigualdade social.

Atualmente, tal realidade está expressa em diversos dados, tais como o Índice de Gini do Brasil em 2021 (Salata e Ribeiro, 2022) que foi de 0,536 para as Regiões Metropolitanas, indicando uma desigualdade significativa na distribuição de renda. Dado que conversa com o relatório da Oxfam "A Distância Que Nos Une: Um Retrato das Desigualdades Brasileiras" (Oxfam, 2020), o qual demonstra que, em 2020, os 1% mais ricos da população brasileira detinham 28,3% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres detinham apenas 13,8% da renda; bem como com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019, que revela que os 10% mais ricos da população brasileira ganhavam em média 12,8 vezes mais do que os 40% mais pobres.

A desigualdade social também se manifesta no acesso à educação no Brasil. De acordo com o Censo Escolar de 2020, apenas 26,3% dos estudantes matriculados no ensino médio em escolas públicas estavam no nível considerado adequado para a série em que estavam. Ademais, a expectativa de vida média no Brasil subiu consideravelmente

nas últimas décadas (IBGE, 2020b). No entanto, ainda há uma grande disparidade entre as classes sociais, com a expectativa de vida dos mais pobres sendo significativamente menor do que a dos mais ricos, havendo uma variação de acordo com a renda e a região do país.

Diante disso, tal desigualdade também se expressa no território da cidade, onde, de forma geral, a população mais rica mora no centro e tem mais acesso a serviços e a políticas públicas, enquanto a população mais pobre concentra-se na periferia (D'Andrea, 2020). Assim, é essencial entender a vivência periférica na cidade e seus efeitos para constituição do sujeito para continuar a discussão sobre a dimensão subjetiva da desigualdade social.

1.4 Desigualdade Social na cidade de São Paulo e o território

A dimensão subjetiva da periferia é refletida nas experiências cotidianas de exclusão social na cidade de São Paulo, onde nota-se uma diferença considerável na oferta de serviços e nas ações governamentais de auxílio e de intervenção em relação ao centro da cidade. Para entendermos tal discrepância é importante notar que os sujeitos periféricos são, em sua maioria, negros e pardos (D'Andrea *et al.*, 2021).

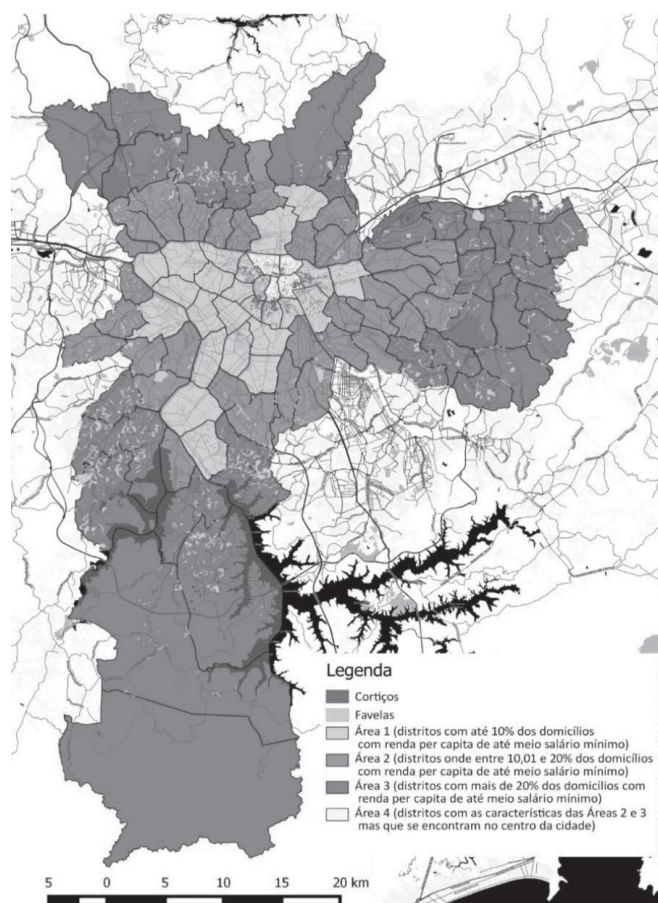
Diante de uma análise histórica da opressão, exploração e humilhação da população negra no Brasil, é possível compreender o caráter racial da segregação espacial na cidade, visto que a contínua exclusão e negação da cidadania dessa população, de forma progressiva, reflete-se na ideia da periferia como área preterida na cidade. Portanto, ao pensar na discrepância dos padrões criminais, violência policial e descaso público na cidade, também se deve considerar a desvalorização contínua das vidas negras e periféricas, que sempre existiu no país, destacando-se o forte genocídio da população masculina, jovem e periférica com a justificativa da guerra às drogas (D'Andrea *et al.*, 2021).

O Atlas da Violência de 2020 (Cerqueira *et al.*, 2020) indica um aumento de 11,5% na taxa de homicídio de negros e pardos, enquanto a taxa geral de homicídio entre não-negros caiu para 12,9% - os negros fazem parte de 75,5% das vítimas (D'Andrea *et al.*, 2021).

Posto isto, diversas fontes demonstram a discrepância urbana citada, como o mapa feito por Aluízio Martino, baseado na divisão da cidade de São Paulo pelo Movimento Cultural de Periferias (2017), com a conceituação das grandes áreas da divisão feita por

Tiaraju D'Andrea (2020). Tal fonte define periferia seguindo o critério de regiões em que até 20% da renda per capita é de até meio salário-mínimo. A partir disso, nota-se que tal critério se agrava conforme se distancia do centro, exceto pelo centro tradicional, que apresenta características similares à periferia, mas de acordo com o autor, ainda tem mais acesso aos serviços públicos.

Figura 1 - Mapa da cidade de São Paulo dividido em seis padrões territoriais distintos que conformam a cidade.

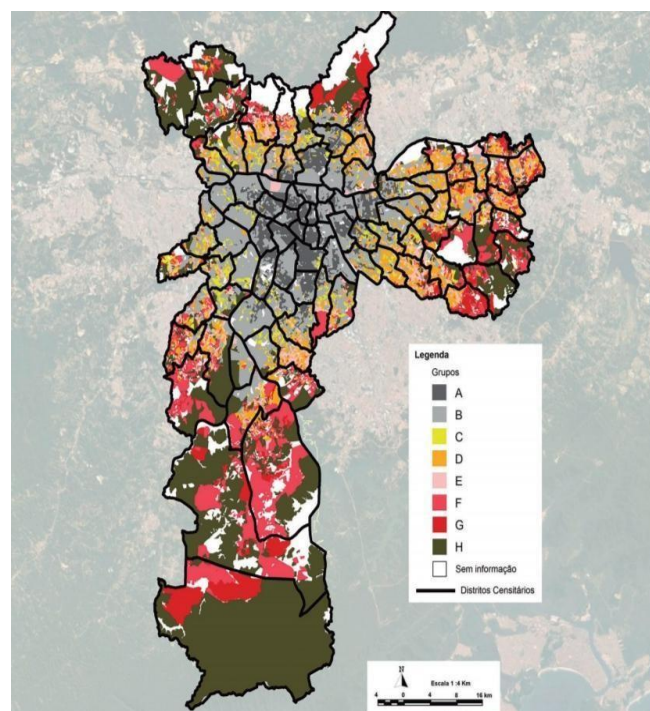


Fonte: D'Andrea (2020, p. 27) - Mapa elaborado por Aluísio Marino.

Tal representação cartográfica dialoga com o estudo “Os padrões urbano-demográficos da capital paulista” (Nery *et al.*, 2019) que propõem uma divisão de padrões urbanos na cidade de São Paulo seguindo indicadores das condições ambientais; condições habitacionais; condições sanitárias e de higiene; mobilidade urbana; padrões criminais e perfil populacional. Esses indicadores foram escolhidos a partir dos trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), pela bibliografia especializada levantada pelos autores sobre o assunto pesquisado

e pela possibilidade de analisar simultaneamente um conjunto de indicadores sensíveis às condições coletivas de vida na cidade de São Paulo, e, por isso, foram selecionados indicadores com menor correlação. Assim, os autores indicam a presença de 8 padrões urbanos. A partir de uma análise histórica dos indicadores, tais padrões foram divididos em A, B, C, D, E, F, G, H. Apesar das singularidades territoriais de cada área, percebemos que, de forma geral, os indicadores das regiões mais próximos do contexto A são melhores (melhores condições habitacionais, menor número de homicídios, maior taxa de escolaridade etc.), e vão piorando conforme se aproximam ao H, regiões que tiveram uma urbanização tardia e mais desorganizada. Os resultados destacam algumas inferências, como uma desconexão entre gestão pública e a estrutura da cidade (a divisão de grupos não reflete as divisões político-administrativa); uma forte correlação com a época de ocupação e processos históricos mais amplos de metropolização; as desigualdades entre padrões são marcadas pelo nível de alfabetização e renda do chefe da família e fatores habitacionais de densidade populacional; discrepância nas condições de saneamento básico das áreas e padrões criminais. Assim, nota-se a relação dialética entre os moradores e a cidade, em detrimento da ideia de que a cidade seria um simples reflexo da vida dos moradores, uma vez que estes são afetados pelo espaço urbano.

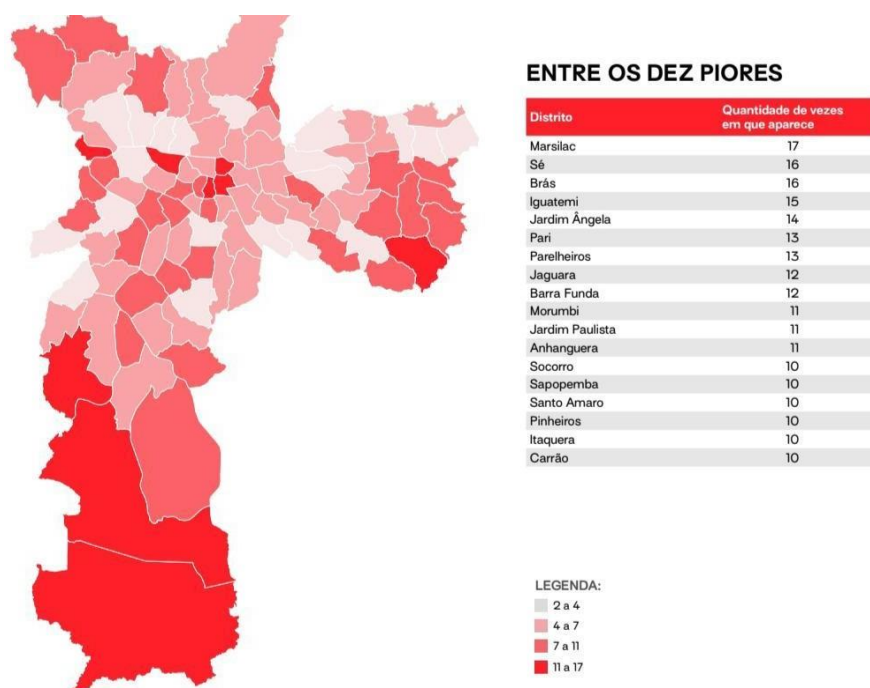
Figura 2: Agrupamentos gerados no processo de clusterização.



Fonte: Nery et.al. (2019, p. 19).

Diante disso, ao comparar o mapa feito no artigo com o mapa feito por Aluizio Martino (2020), baseado na divisão da cidade de São Paulo pelo Movimento Cultural de Periferias (2017), é notável que a precariedade estrutural dos padrões urbanos delimitados segue a mesma tendência de renda e distância do mapa. Tal tendência também está presente no Mapa da desigualdade social de 2022 realizado pela Rede "Nossa São Paulo", que utiliza fontes públicas e oficiais, como a Prefeitura da cidade de São Paulo, e identifica prioridades e necessidades da população com dados sobre os 96 distritos, contando com indicadores dos seguintes temas: população; meio ambiente; mobilidade; direitos humanos; habitação; saúde; educação; cultura; esporte; trabalho e renda; e infraestrutura. Dentro de tais indicadores, outros indicadores como “Agressões por intervenção policial”, “Mortes por intervenção policial” e "Feminicídio" foram considerados e esquematizados em tabelas que classificam os piores e melhores índices, os quais foram organizados em mapas divididos pela frequência de vezes que as regiões apareciam nas tabelas como melhores ou piores.

Figura 3: Mapa da desigualdade social de 2022 – Dez distritos que apareceram mais vezes nas tabelas de indicadores com piores índices de qualidade de vida.

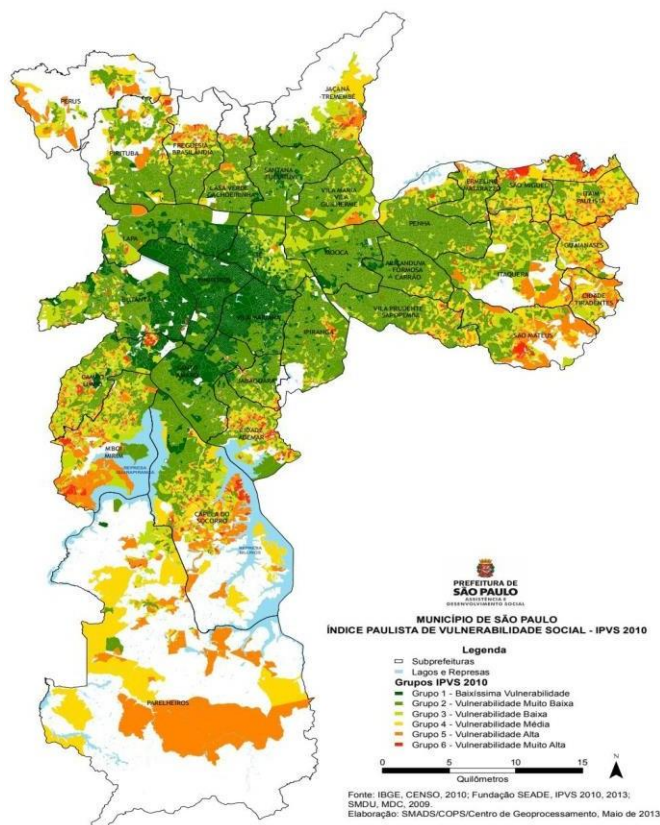


Fonte: Rede Nossa São Paulo (2022, p.77).

Além disso, o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) de 2010, uma tipologia que classifica os setores censitários dos municípios do Estado de São Paulo em

grupos de vulnerabilidade social a partir de uma combinação entre as dimensões demográfica e socioeconômica, aponta para uma piora significativa de qualidade de vida e aumento da vulnerabilidade social conforme a região se distancia do centro da metrópole. O índice utiliza os seguintes indicadores: densidade populacional; domicílios particulares e/ou permanentes; número médio de pessoas por domicílio; renda domiciliar nominal média; domicílios com renda per capita de até meio salário mínimo e de até um quarto do salário mínimo; renda média das mulheres responsáveis pelo domicílio; mulheres responsáveis pelo domicílio com menos de 30 anos; responsáveis com menos de 30 anos; responsáveis pelo domicílio alfabetizados; idade média do responsável pelo domicílio; crianças com menos de 6 anos no total dos residentes (Fundação Seade, 2013).

Figura 4: Mapa do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) de 2010.



Fonte: Fundação Seade (2013, p.11).

Portanto, ao analisar a organização de dados dos mapas apresentados e os índices quantitativos e qualitativos utilizados, pode-se concluir que para compreender a desigualdade social, devemos reconhecer suas manifestações concretas no espaço urbano, onde há uma disparidade na distribuição de riquezas, recursos e tecnologias que precariza a qualidade de vida de trabalhadores e trabalhadoras (D'Andrea, 2021). Os critérios

distância dos serviços assistenciais e renda são relevantes, porém não existem de forma isolada, estão conectados aos fatores de vulnerabilidade, aqui citados em diversas fontes, criando uma desigualdade no espaço urbano que é socialmente validada de forma que a violência e o descaso com os moradores da periferia tornam-se naturais.

1.5 A periferia e o sujeito periférico

O termo “periferia” é derivado de debates econômicos a respeito da divisão capitalista dos países, divididos como periféricos ou centrais. Nos anos 50 e 60, em São Paulo, tal termo era utilizado por parte dos acadêmicos como referência a locais de pobreza, precariedade e distância do centro (D’Andrea, 2020). Na década de 70, o termo aparece em discussões marxistas que questionavam a relação entre crescimento econômico e a constituição das cidades. Nos anos 80, a antropologia estudava o modo de vida da periferia e o imaginário dos moradores. Porém, até a década de 90, não era comum que tal termo fosse utilizado pelos moradores de tais regiões, que se familiarizaram com o termo a partir da academia e das ações sociais da igreja, uma vez que “periferia” carregava um estigma severo e pejorativo. No início dos anos 90, expressões culturais da juventude periférica, como o rap e o hip hop, reivindicaram o termo e a estética periférica, modificando suas significações (D’Andrea, 2020).

No cinema, filmes como “Cidade de Deus” (Globo Filmes, 2002), amplificavam a visibilidade de tal estética e, por vezes, a exotizavam no cenário brasileiro. Concomitantemente a isso, a academia questionava o poder explicativo do termo, diminuindo seu uso no meio. No mais, a população periférica continuou e continua dando novas significações ao termo, processo impulsionado pela contribuição de diversos artistas, em destaque “Os Racionais MC’s”, que realizaram diversas produções musicais a partir da vivência periférica, de forma que o tema e as críticas sociais realizadas sobre a realidade periférica foram apresentados sem mediadores acadêmicos ou externos - diretamente da voz de artistas que vivem tal periferia, que tiveram sua produção validada pela população (D’Andrea, 2020).

Tais produções culturais tinham um caráter de denúncia, que procuravam também unir e pacificar tais regiões, que, principalmente nos anos 90, estavam sofrendo um grande extermínio populacional – principalmente da juventude negra – pobreza e a precariedade extrema, fruto das medidas neoliberais da década. Dessa forma, o termo periferia era um guarda-chuva, que contemplava o modo de vida, as dificuldades e a

cultura de diversas regiões que carregavam o estigma da violência e da pobreza. Apesar das diferenças entre tais territórios, a exclusão e as experiências compartilhadas transpassavam essas singularidades, de modo que lhes cabia à dimensão periférica e que, ao realizarem essa união, tornavam-se mais potentes e evidentes diante dos poderes hegemônicos. A periferia, dessa forma, toma um significado além da violência e pobreza, denunciadas nas produções culturais, passa a carregar também o poder de superação, um modo de vida e diversas potencialidades. Assim, nasce uma noção de “consciência periférica”, que produz “sujeitos periféricos” com voz, consciência e potencial de mudança diante das próprias vivências (D’Andrea, 2020).

Nota-se que o processo de formação dessa consciência coletiva, baseada nos movimentos culturais artísticos dos anos 90, conversa com as teorias de Vygotsky (1984), que coloca que o pensamento se expressa e se realiza na palavra, no sentido que a linguagem não é apenas a expressão do pensamento pronto, o último se completa, se reestrutura e se modifica ao transformar-se em linguagem. A linguagem tem seu sentido real pautado na abundância de momentos da consciência, que abarca diversos fatos psicológicos resultantes da palavra. Tal tese está expressa nas reflexões de Aguiar *et al.* (2009), que coloca que os sentidos implicam em um movimento de síntese entre o afetivo e o cognitivo, construídos a partir do contato do indivíduo com a materialidade e o social.

Tais entendimentos partem da visão de Vygotsky sobre o processo de apreensão dos sentidos, que, de acordo com o autor, ocorre a partir da gênese social individual, no sentido de que o sujeito enquanto ser humano social e singular constitui sua singularidade em suas relações sociais, na universalidade, por meio de mediações sociais, ou seja, particularidades e circunstâncias específicas. Assim, a mediação enquanto categoria é o centro organizador objetivo da relação, uma relação que antes era vista como direta, passa a ser entendida a partir da intervenção de um elemento. Desse modo, o autor entende a relação pensamento-linguagem como de mediação – tais elementos não são sinônimos, porém se completam em uma relação dialética, pois ao entender o significado da palavra, é possível entender o movimento do pensamento (Aguiar e Ozella, 2006).

Dessa forma, entende-se o pensamento enquanto moldado e influenciado pela linguagem e pela cultura em que uma pessoa está inserida, que fornecem um conjunto de ferramentas cognitivas que moldam a maneira como as pessoas pensam e categorizam o mundo ao seu redor (Aguiar e Ozella, 2006).

Além disso, entende-se a linguagem enquanto função superior internalizada, principalmente durante o adolescer, como essencial para a formação da autoconsciência (Vygotsky, 1984). Dessa maneira, nota-se a potencialização de tal movimento artístico periférico para juventude, que transformou e foi transformada pela construção da consciência periférica abordada por D'Andrea (2020).

Portanto, ao expressar as angústias e gozos da vida periférica por meio da linguagem, os movimentos culturais periféricos dos anos 90 foram capazes de influenciar a formação de uma consciência periférica, principalmente entre os jovens, enquanto fenômeno coletivo, desnaturalizando as ideias de desigualdade no espaço urbano, violência e precariedade da periferia como fenômenos sociais intrínsecos à realidade. Tal naturalização cria uma ordem urbana, social e econômica opressiva a favor da manutenção do *status quo*, que está intimamente relacionado à discriminação racial, trabalhista e territorial que nutrem os interesses capitalistas (D'Andrea, 2020).

Assim, ao entender a desigualdade social a partir da juventude periférica, identificando suas dores e formas de enfrentamento, a psicologia é capaz de fazer uma análise crítica e dialética do fenômeno e oferecer formas de entendimento e cuidados eficientes e não alienantes. Nesse contexto pesquisas que abordem a dimensão subjetiva da desigualdade social na cidade de São Paulo podem contribuir na discussão necessária sobre o tema. Pelo que, o presente trabalho pretende compreender a relação entre as vivências dos jovens moradores da periferia e a dimensão subjetiva da desigualdade social na cidade de São Paulo, a partir de um quadro teórico e empírico sólido e fundamentado sobre o tema, disponível na literatura.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Compreender as tendências e contradições sobre as vivências da juventude periférica e a dimensão subjetiva da desigualdade social na cidade de São Paulo, apresentadas em publicações científicas sobre o tema.

2.2 Objetivos específicos

- Identificar os conceitos de juventude e periferia descritos nas publicações acerca da temática.
- Reconhecer a descrição dos aspectos subjetivos referidos por jovens da periferia da cidade de São Paulo.

3. MÉTODO

Para o alcance do objetivo proposto, optou-se por realizar uma revisão integrativa da literatura científica disponível nos últimos 5 anos (2018-2022), em bases de dados eletrônicas de divulgação científica.

A revisão integrativa é um método de pesquisa capaz de proporcionar sínteses do conhecimento e a incorporação da aplicabilidade prática dos resultados obtidos a partir da análise de estudos selecionados (Souza; Silva e Carvalho, 2010), além de obter conclusões a partir de um determinado assunto de interesse (Baptista *et al.*, 2012). Tal método permite que a revisão possa identificar diferentes perspectivas e abordagens sobre o tema em questão, o que enriquece a análise e a compreensão do problema estudado.

Na abordagem descritiva, são apresentados dados e informações sobre os estudos incluídos na revisão bibliográfica, como os métodos utilizados, os resultados encontrados e as principais conclusões. Assim, a revisão integrativa requer o estabelecimento de critérios de seleção da amostra, coleta de dados, definição de informações a serem extraídas dos artigos selecionados (categorização), análise crítica dos dados coletados e apresentação dos resultados (Ercole *et al.*, 2014; Souza *et al.*, 2010).

A fim de atender a pergunta norteadora “Como as vivências dos jovens moradores da periferia se relacionam com a dimensão subjetiva da desigualdade social na cidade de São Paulo?”, os termos utilizados para as buscas foram: juventude, dimensão subjetiva, cidade de São Paulo, periferia. Dessa forma, ao realizar a busca de maneira correta na base de dados, foi utilizado o operador booleano **E**. Isto é, as buscas foram realizadas com os seguintes descritores: juventude **E** periferia **E** dimensão subjetiva **E** cidade de São Paulo, na língua portuguesa e, na língua inglesa: *youth AND suburbs AND subjective dimension AND city of Sao Paulo*.

As bases utilizadas foram a *Scientific Electronic Library Online (SCIELO)*, Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e *Google Scholar*. Nas três primeiras bases referidas, o resultado foi igual a 0, e, no *Google Scholar*, 184. Para ampliar a busca, posteriormente, utilizou-se somente os descritores juventude **E** periferia **E** São Paulo, em português, e *youth AND suburbs AND city of Sao Paulo*, em inglês, nas bases em que o resultado foi 0, encontrando-se 1 artigo na Scielo, 1 na Pepsic, e 11 na BVS, que foram, então, também selecionados para posterior análise.

Referente aos critérios de inclusão foram considerados os seguintes aspectos:

- Estudo completo;
- Disponibilizado em língua portuguesa e/ou inglesa;
- Ter sido publicado no período entre 2018 e 2022.

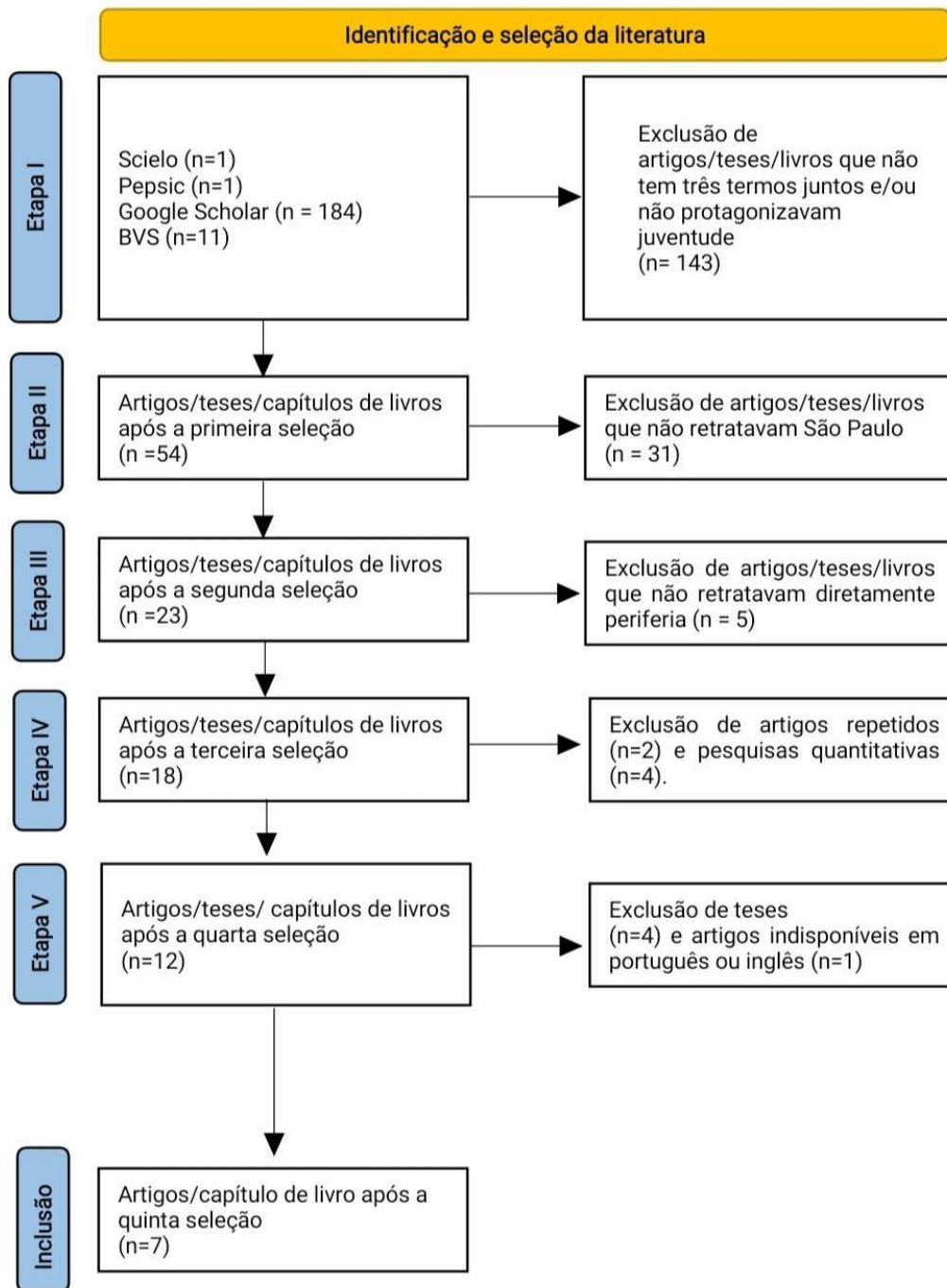
De outro modo, para fins de exclusão foram analisados os critérios abaixo:

- Texto disponibilizado de forma parcial;
- Pesquisas de abordagem quantitativa;
- Literatura que não focavam no tema da juventude e periferia;
- Literatura que não tem pelo menos três dos termos elegidos anteriormente no título ou resumo;
- Estudos que não retratem a cidade de São Paulo e teses.

O processo de busca e *screening* foi representado por meio de um fluxograma (figura 5).

Procedeu-se a análise exploratória dos 7 artigos selecionados, e os resultados foram representados através de um quadro descritivo (Quadro 1) com o título do artigo, base de dados de publicação, autores, ano e descrição sumarizada do conteúdo, destacando as vivências da juventude periférica e a desigualdade social na cidade de São Paulo. Em seguida, foi feita a discussão dos resultados a partir da visão da Psicologia Sócio-histórica e segundo a pergunta norteadora da pesquisa.

Figura 5: Fluxograma do processo de identificação dos artigos para análise na pesquisa



Fonte: Elaboração da autora.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do levantamento de artigos acadêmicos são apresentados em um quadro que expõem o título, fonte, autores, ano de publicação e uma descrição sumarizadas dos artigos selecionados para a análise de dados.

Quadro 1: artigos selecionados para o estudo, período de 2018 - 2022.

(Continua)

Título, periódico e base de dados	Autores e ano	Descrição sumarizada
1-Processos de subjetivação das juventudes periféricas: reconhecimento, cultura hip-hop e cotidianidade – Rev. ABPN – Google Scholar.	Arruda, Daniel Pérciles; Vincentin, Maria Cristina Gonçalves, 2022.	Os pesquisadores entrevistaram dois jovens da Brasilândia e um de um cortiço na Vila Madalena, entre 15 e 29 anos, com o objetivo de entender como esses jovens se reconhecem e constituem suas expressões individuais e coletivas, como encaram os estigmas que lhes são atribuídos e que papel tem a arte e a cultura do hip-hop em sua mediação com o cotidiano. Para tal, utilizou-se a história oral para a apreensão e análise das narrativas. Os jovens demonstraram uma relação identitária com sua região de moradia por meio da arte, subvertendo os estigmas que vivenciam diariamente em emblemas identitários de orgulho e consciência de suas lutas, de forma que há um enfrentamento para além da denúncia, pois lhes é permitido sonhar e convocar outros jovens na mesma situação a se orgulharem do local onde moram e entenderem os mecanismos de opressão presentes nas relações de raça, classe e gênero. Em suas falas é perceptível uma ambiguidade de afetos negativos e positivos sobre local onde moram. Assim, a arte carrega um caráter de desindividualização e de conhecimento antipredicativo, fazendo a cultura do hip-hop um vetor de produção de sujeitos capazes de atribuir significações afetivas e políticas, não apenas para a juventude periférica, mas para populações em outros contextos geográficos, econômicos e culturais.

Quadro 1: artigos selecionados para o estudo, período de 2018 - 2022.

(Continuação)

2-A favela onde moro: o território sob a perspectiva dos jovens - Ciênc. Saúde Colet. (Impr.) – BVS	Dantas, João Gabriel Trajano; Micheli, Denise De, 2021.	Para entender o olhar do jovem periférico, a fotografia foi escolhida como instrumento que exterioriza a visão de mundo por meio da imagem registrada. Os jovens fotografaram o território onde moram, sendo posteriormente entrevistados sobre suas produções. Eles retratam as fragilidades da região, como a insuficiência de serviços e problemas sociais; quanto as potencialidades como a arte, equipamentos públicos e mobilizações comunitárias. Assim, os jovens colocam a favela como um local com uma trama social complexa, que transcende um espaço-dormitório e carrega uma afetividade, um local fértil em que as ações comunitárias e coletivas são estruturantes e que os moradores veem sentido na experiência coletiva. Portanto, eles se mostraram agentes capazes e importantes para avaliar as condições de vida, políticas públicas e mecanismos de resistência da periferia.
3- Contribuição da interseccionalidade e na compreensão da saúde-doença-cuidado de homens jovens em contextos de pobreza urbana – Interface (Botucatu, Online) – BVS	Oliveira, Elda <i>et al.</i> , 2020	Os autores investigaram de que maneira os homens jovens moradores de contextos periféricos na cidade de São Paulo tem seus modos de vida reproduzidos por marcadores de raça, gênero e classe, como isso se expressa na experiência cotidiana e as repercussões dessas desigualdades no processo de produção de saúde, doença e cuidados. Foi utilizado o método dialético da pesquisa-ação emancipatória com alunos do EJA de uma escola pública em Guaianases. Concluiu-se que os jovens compreendem que as diferenças entre territórios do espaço urbano reproduzem as desigualdades sociais, de forma que sofrem com a falta de acesso a diversos recursos, com o alto índice de violência policial e reconhecem uma rejeição social ao que representam enquanto adolescentes negros, pobres e moradores da periferia. Assim, os diversos mecanismos de marginalização e opressão de seu grupo são extremamente marcantes na produção e reprodução de suas identidades. Ao entender que os marcadores sociais desses jovens os deixam mais vulneráveis a processos de violência e adoecimento, os autores concluem que é urgente o diálogo com tal grupo para a construção de medidas protetivas, de identificação e combate à marginalização social vivenciada por eles.

Quadro 1: artigos selecionados para o estudo, período de 2018 - 2022.

(Continuação)

<p>4 - Desigualdade, segregação sócio-espacial e participação social – Ciudades x Jóvenes – Google Scholar.</p>	<p>Cifali, Ana Claudia; Feffermann, Marisa, 2020.</p>	<p>Utilizando a metodologia denominada “mesas cidadãs”, foram congregados três grupos de jovens da cidade de São Paulo com o propósito de deliberar sobre a urbe, discutir abordagens voltadas para a ampliação da qualidade de vida urbana e analisar as principais representações sociais delineadas pelos jovens participantes sobre a metrópole paulistana. Nos relatos dos jovens, destacam-se a aguda desigualdade social que permeia o cenário da cidade e a complexa interação entre o centro e as periferias, refletida na oferta de serviços. Esse contexto, sobretudo para os jovens moradores da periferia, desencadeia um sofrimento latente decorrente da violência policial e da hostilidade perpetrada pela população central. Tais constrangimentos persistem mesmo quando esses jovens estão fora da periferia, dado que são prontamente identificados em virtude de fatores raciais e de vestimentas, sendo considerados ameaças. Na busca por alternativas de enftretamento, os jovens discutem sobre a expansão de infraestruturas tecnológicas públicas e a promoção de manifestações populares. Muitas das reivindicações propostas já estão formalmente garantidas como direitos pelo Estatuto da Juventude, entretanto, ainda não se traduzem em ações concretas no cotidiano da cidade. Assim, percepções trazidas à tona pelos jovens reforçam a realidade dessa desigualdade, que influencia na formação de sociabilidades e subjetividades distintas, conforme as prerrogativas socioeconômicas e raciais que permeiam o panorama.</p>
<p>5- Significações de Prounistas do curso de Psicologia da PUC-SP – RPDS – Google Scholar.</p>	<p>Amaral, Marcos Martins; Paparelli, Renata, 2019.</p>	<p>O objetivo do trabalho foi entender a produção de sentidos dos alunos prounistas na PUC-SP, suas contradições e expressões em uma universidade elitizada. Assim, realizaram-se conversações com duas prounistas do curso de Psicologia da PUC-SP. As estudantes, mulheres periféricas, relatam que sua trajetória ao ensino superior por meio do Prouni na instituição foi cheia de humilhações. Elas narram que não se identificavam com os temas de conversa entre alunos, deixavam muitas vezes de frequentar espaços de socialização por questões financeiras e de identificação com os participantes e se incomodavam com a forma exótica que o curso e seus estudantes discutem a desigualdade social e a vida periférica. Para além, notam uma clara ausência de pessoas negras na universidade, especialmente pagantes, gerando uma associação entre raça e inferências sobre suas condições de bolsistas. As jovens destacam a falta de políticas de permanência e relatam que sofrem com um sentimento de que são muito periféricas para o ambiente universitário e muito privilegiadas para a periferia, que as coloca em um limbo. Porém reconhecem sua posição privilegiada em comparação a outros jovens de contexto periféricos e se indignam com a marginalização social, encontrando conforto nos coletivos de bolsistas da universidade.</p>

Quadro 1: artigos selecionados para o estudo, período de 2018 - 2022.

(Conclusão)

<p>6 - Políticas de Segurança e Guerra aos Pobres: o Caso da Praça Sete Jovens – Psicol. ciênc. Prof. – BVS</p>	<p>Aguiar, Cláudia Cristina Trigo de <i>et al.</i>, 2018</p>	<p>Os autores abordam a luta de narrativas no Caso da Praça Sete Jovens, o enredo criado pelo estado e pela mídia, bem como a visão dos moradores da região, em especial da juventude. Foram feitas entrevistas com base na metodologia da história oral e experimentações etnográficas, principalmente nas regiões em torno da praça. Utilizaram também documentos de domínio público a respeito da chacina, bem como notícias de blogs, notícias veiculadas etc. Concluiu-se que o Estado e a mídia tentaram relativizar o caráter criminoso da chacina ao afirmar que as vítimas tinham envolvimento com o tráfico, criando uma justificativa para ações pacificadoras que implicaram no aumento do controle policial na região, gerando diversas tensões e conflitos. Atualmente a praça possui equipamentos públicos de lazer, porém, ainda há uma forte presença da polícia e da ideia de que aquele é um espaço de ações criminosas. Apesar da comprovação da ação da polícia na chacina em questão, outros eventos similares ocorreram, resultando no assassinato de mais jovens periféricos pela polícia. Os jovens moradores da região afirmam que a polícia parece querer acabar com sua “alegria”, com seu direito de lazer e experimentação, e lutam para reverter as narrativas produzidas pelo Estado e pela mídia sobre os ataques estatais.</p>
<p>7- Juventude e vida associativa nas periferias de São Paulo – Cad. CRH – Scielo.</p>	<p>Moreno, Gilberto Geribola, 2018.</p>	<p>Os autores realizaram uma reflexão sobre as experiências políticas de militantes jovens de associações populares das periferias de São Paulo, por meio de um estudo etnográfico multissituado em regiões da Zona Sul da cidade. Para tal, o pesquisador acompanha e dialoga com os participantes das seguintes associações: Associação Mulheres na Luta, Sociedade São José Operário, Associação Vila Conceição, Sarau do Alfredo e a Associação Vila Zita. O pesquisador conclui que as gerações mais antigas criticam a falta de engajamento da juventude e mantém uma relação mais vertical com a nova geração. Já os militantes mais novos falam sobre a importância da história de luta das associações, mas colocam que há pautas diferentes e ideologias que eles formam longe daqueles espaços, mostrando também engajamento em mais de uma associação. Assim, tal juventude transita mais pela cidade e tem mais contato com as mobilizações populares de outras áreas do que a geração mais velha, que fica mais voltada para o próprio bairro. Dessa forma, há um incentivo de participação da juventude pela população mais velha e um respeito pela história construída, porém a juventude periférica continua reinventando as pautas e as formas da vida associativa nas periferias de São Paulo, de forma que a luta é sempre presente na vida desses jovens.</p>

Fonte: Elaboração da autora.

A partir da leitura dos textos foram construídas categorias buscando responder aos objetivos do estudo e produzir uma discussão à luz da abordagem sócio-histórica.

4.1. A periferia: distância espacial e a violência social de raça e gênero

A partir da revisão de literatura, identificou-se que os autores de dois dos sete artigos não explicam os critérios para classificação dos locais de pesquisa enquanto periferias (artigos 5 e 7). Já entre os outros cinco, todos, exceto o artigo 1 retratam periferias como regiões marginalizadas espacial e simbolicamente, que sofrem diversas carências de recursos públicos e qualidade de vida. Tal literatura relata que essa marginalização ocorre por um processo histórico de exclusão de determinados grupos do centro da cidade, especialmente a população negra, e se mantém atualmente por mecanismos de manutenção do *status quo*, como as visões transmitidas pela mídia de que as periferias e seus moradores são sujeitos perigosos para o desenvolvimento da cidade, bem como a existência de uma clara defasagem na distribuição de tecnologias governamentais. Assim, esses mecanismos tentam justificar ações opressivas e violentas nas regiões periféricas, que geram o assassinato dos moradores, principalmente homens jovens negros, com a explicação de que são regiões carentes que precisam de operações policiais truculentas, fatos expressos no relatório de 2020 produzido pelo Comitê Paulista pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, da Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo), em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Governo de SP.

Nesse documento, são detalhadas as taxas, por faixa etária, das mortes por homicídio, latrocínio ou lesão corporal por cem mil para negros e não negros na cidade de São Paulo. As taxas para negros são maiores em todas as faixas etárias, e, para adolescentes entre 15 e 19 anos, chega a ser duas vezes maior do que a taxa para não negros – o que significa que o risco relativo de um adolescente negro morrer de forma violenta, por um desses crimes, é o dobro do risco de um adolescente que não é negro (UNICEF *et al.*, 2021). Ao relacionarmos tais dados ao perfil racial dos moradores da periferia de São Paulo, que são em sua grande maioria identificados como pretos e pardos (Rede Nossa São Paulo, 2022), é possível observar uma relação direta entre a vivência periférica e a vivência da negritude na cidade.

Essa relação foi diretamente relatada no artigo 3, no qual os jovens participantes, em sua maioria, relataram se identificar como negros, principalmente, por residirem na periferia. Tal correlação também é exposta na pesquisa de Menezes e Silva (2022) sobre a relação racial e a vivência periférica dos jovens, que relata que a juventude negra da periferia também apresenta uma autoestima mais baixa, menor expectativa de futuro e de acesso a oportunidades. Os entrevistados pelos autores ainda relatam entender que as condições de vida precárias nas regiões onde moram são diretamente ligadas à alta presença de moradores negros. As autoras também pontuam a intensidade do racismo interseccionado, que conecta-se diretamente aos outros sistemas de opressão, como o classismo, violências de gênero e sexualidade, o que também foi exposto pelos jovens entrevistados nos artigos 3, 5 e 6.

As relações de raça e gênero são fatores sociais inerentemente ligados à desigualdade social, especialmente na América Latina (Matsumoto e Amaral, 2021). A desumanização da população negra e indígena serviu e serve para opressão da mão-de-obra explorada desde a colonização do continente americano no século XVI, servindo como um regulador de relações assimétricas que preservam a exploração capitalista (Quijano, 2005). Após a abolição da escravidão no Brasil, a população negra sofreu constantes violências, projetadas para manutenção da hegemonia branca, como a Lei de Terras e diversas políticas higienistas que em São Paulo, como na maioria das cidades brasileiras, gerou a marginalização desse grupo para periferia, local com quantidade significativamente menor de recursos e auxílio estatal, mas que sofre constantemente com as políticas de extermínio e encarceramento em massa (Dantas e Micheli, 2021). Assim, a correlação entre a vivência periférica de classe e gênero e a identidade racial no Brasil, mostra-se uma unidade que reflete um longo processo histórico de opressão, que transparece nas relações de poder que moldam as diferentes formas de viver a juventude na periferia – uma juventude mais criminalizada e socialmente rejeitada que não goza de todos os seus direitos constitucionais.

Dessa forma, na maioria dos artigos é possível identificar uma relação entre distância espacial e a violência social de raça e gênero, refletida no critério para definir periferia, utilizado por D’Andrea (2020) e em dados quantitativos já apresentados, como o Mapa da desigualdade de 2022, produzido pela Rede Nossa São Paulo, no Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) de 2010 (Fundação Seade et al, 2010) e nos resultados do estudo “Os padrões urbano-demográficos da capital paulista” (Nery et al, 2019). Similarmente, o artigo 1 entende tais critérios, porém reconhece os cortiços do

centro da cidade como produtores de sujeitos periféricos, que acabam afetados direta ou indiretamente pelos mecanismos de reprodução das desigualdades raciais ou sociais, defendendo que a vivência da desigualdade social na cidade vai além do residir nas periferias no sentido geográfico, mas alcança a condição e identificação material, subjetiva dos jovens, de forma que os moradores dos cortiços do centro também compartilham experiências com os moradores da periferia, que moldam suas subjetividades.

De acordo com Milton Santos (1996), o território é um espaço que além de físico, carrega memórias e afetos que contribuem diretamente para a formação da identidade de seus habitantes, revelando uma afetividade coletiva. Assim, os afetos compartilhados constroem sensações de pertencimento na comunidade, sejam eles positivos ou negativos (Santos, 1996). Tal processo foi descrito por D' Andrea (2020), que coloca que a noção de periferia se transforma em um guarda-chuva, o qual contempla o modo de vida, as dificuldades e a cultura de diversas regiões que carregam o estigma da marginalização física e simbólica nas cidades, desencadeando experiências compartilhadas que superam as singularidades e viram fatores identitários (D'Andrea, 2020).

4.2. As políticas públicas e a juventude periférica

A história das políticas públicas para a juventude periférica na cidade de São Paulo reflete a evolução das abordagens governamentais em relação a essa população ao longo das décadas. No século XVIII, iniciou-se no Brasil, políticas governamentais, atreladas aos ideais cristãos de generosidade e compaixão e às ideias iluministas de liberdade, voltadas para a juventude periférica, vista como juventude abandonada. A Roda de Expostos, local onde se abandonava bebês, e outras instituições, para além do cunho religioso e militar, que procuravam suprir as necessidades da população carente, são exemplos de tal tipo de política assistencialista. Dessa forma, o início das políticas públicas voltadas para essa juventude possuía um caráter moral de caridade, em que não se discutia detalhadamente as condições que geravam a vulnerabilidade daquela população, em vez disso, era promovida uma pseudocidadania social, construída por meio de ações sociais estigmatizantes que colocavam os direitos à dignidade humana em um local de esmola, gerando uma dependência e controle sistemáticos dessa juventude em relação ao Estado. Assim, o jovem das periferias no século XVIII e XIX era visto de duas formas: uma criança carente merecedora de pena ou uma ameaça na forma de delinquente

juvenil. Tal dinâmica se agravou com a expansão das grandes cidades e a implementação de políticas higienistas que procuravam expulsar os indivíduos que diferiam do ideal do cidadão liberal das regiões metropolitanas (Lopes *et al.*, 2006).

Diante disso, em 1927, com o surgimento do Código de Menores, as duas visões sobre o jovem periférico se mesclaram, tanto o jovem abandonado ou carente quanto o jovem delinquente passaram a ser considerados “menores”, uma minoridade social vivenciada pela juventude pobre, vista como “classe perigosa”. As ações punitivas e opressivas permaneceram e em 1964, no início da ditadura militar, o Estado criou instituições como a FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – e as FEBEMs em cada estado da federação. Tais instituições foram alvo de diversas críticas e denúncias relacionadas aos maus-tratos com os jovens internos, relatados pelos ex-alunos e expostos na mídia durante a fase da redemocratização do país. Já na década de 70, via-se uma grande mobilização eclesial para garantir a dignidade da criança e do adolescente, que foi prosseguida com a ação de outras entidades não governamentais que propunham experiências alternativas de sociabilização e cuidado para juventude periférica na década de 80 (Lopes *et al.*, 2006).

A década de 1980 marcou um ponto de virada, quando movimentos sociais e políticos começaram a chamar a atenção para as questões da juventude. Essa época viu o surgimento de organizações não governamentais, grupos de jovens e ativistas que passaram a lutar por melhores condições de vida, educação, emprego e participação cívica. Em tal período, houve também uma modificação na visão social e legal da criança e do adolescente, que eram vistos principalmente como objetos de ação da família e do Estado e não como sujeitos de direitos. Dessa forma, em 1988 e 1990 houve uma intensa mobilização em torno da elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que já não usava mais o termo “menores”, que referenciava no imaginário popular o jovem pobre em situação de vulnerabilidade e/ou conflito com a lei, reforçando que todas as crianças e adolescentes do território nacional deveriam ser vistos como sujeitos de direitos em momento particular de desenvolvimento e definindo responsabilidades e modificando a forma de gestão política-administrativa em torno da infância para esferas Municipal, Estadual e Federal (Lopes *et al.*, 2006). A partir dos anos 2000, a cidade de São Paulo deu passos significativos na criação e implementação de políticas públicas voltadas para a juventude. Foi criada a Coordenadoria de Políticas para a Juventude, um órgão que passou a concentrar esforços na promoção de ações específicas para os jovens, particularmente aqueles em situação de vulnerabilidade. Iniciativas como o Programa de

Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), que apoia projetos culturais de jovens nas periferias, representaram uma mudança importante nesse contexto. Tal programa foi criado no ano de 2003, sua implementação se deu a partir de uma parceria entre a Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e tem como objetivo apoiar e fortalecer iniciativas culturais e artísticas desenvolvidas por jovens, principalmente aqueles que residem em áreas periféricas da cidade (Almeida, 2013).

Apesar de tais avanços, conquistados por meio de um processo histórico de luta e organização popular, a ideia do jovem periférico como ameaça à cidade ainda existe e é refletida nas altas taxas de assassinato dessa população, bem como as pesquisas de qualidade de vida nesses bairros (Unicef *et al.*, 2021; Rede Nossa São Paulo, 2022). Além disso, em todos os artigos selecionados, os jovens citam uma intensa carência de recursos naquelas regiões, bem como uma baixa perspectiva de ascensão social. Tais negligências ficaram muito claras não apenas nos relatos do artigo 2, como nas fotos produzidas pelos jovens, método na pesquisa escolhido por exteriorizar suas visões de mundo.

Ademais, os artigos também trazem a relação de desconfiança dos jovens com o Estado, que historicamente tem essa presença controladora e violenta em suas vidas, quando não negligente. Os artigos 3 e 6 demonstram muito tal visão no relato dos entrevistados, no primeiro a juventude fala claramente que é vista como perigosa e é alvo da polícia, mesmo que fora do bairro onde moram, e o segundo fala diretamente dos assassinatos da juventude periférica e da forma que são justificados para o público, por meio da criminalização e culpabilização das vítimas – uma continuação dos projetos históricos de construção de uma imagem do “menor”, uma figura marginalizada, carente, sem estrutura familiar, extremamente perigosa e, na grande maioria das vezes, negra, cuja vida é um prejuízo para sociedade.

Rode e Teixeira (2023) refletem o sentimento de estigmatização descrito por esses jovens, em seu artigo "Subjetivar-se em situação de violência: a violência de Estado e a criminalidade na vida dos adolescentes da periferia autores de atos infracionais", destacando o Estado como uma democracia de exceção permanente, devido à implementação de uma agenda necropolítica, que determina quem merece viver e morrer a partir da desumanização social de corpos negros e pobres. Dessa forma, o estudo aponta que os estigmas sociais se tornam identitários, aprisionando esses jovens em crenças sobre si mesmos enquanto indivíduos e grupo social, que os incentivam a se comportar como "marginais esperados", reagindo violentamente como resultado da violência

estrutural que os rodeia, em detrimento de uma responsabilização efetiva por seus atos infracionais.

A questão das faltas de políticas de lazer também aparece bastante nos artigos, que relatam uma grande escassez e um subsequente de aumento de eventos irregulares que são alvo de ações policiais truculentas. Essa negligência reflete a ideia histórica comentada de que as crianças e adolescentes periféricos são apenas objetos de ação do estado e da família, não cidadãos de direito com opiniões e com necessidades específicas ao seu período de desenvolvimento. No artigo 6, que narra as chacinas na Brasilândia destacando o Caso da Praça Sete Jovens, um dos adolescentes entrevistados expõem claramente que a polícia parece “querer acabar com a alegria”, revelando a quebra de seus direitos à lazer e experimentação.

Além disso, o artigo 5 demonstra que não apenas a falta de políticas públicas é um problema, como também a forma que elas são aplicadas. As prounistas entrevistadas denunciam uma grande falta de políticas de permanência dos bolsistas na universidade e colocam até como o processo de provar que preenchem os critérios para bolsa também é humilhante. Esse processo envolve comprovar todas as carências e dificuldades que as alunas passam, o que reflete o processo de surgimento das políticas públicas para essa população no Brasil – uma caridade ao jovem que se prova carente.

Dessa forma, o envolvimento dos jovens na elaboração dessas políticas é essencial. Todos os artigos demonstram que a juventude periférica é consciente de sua realidade, sua marginalização e das vivências da própria desigualdade. O artigo 3 fala diretamente ao concluir que os marcadores sociais desses jovens os deixam extremamente vulneráveis e que o diálogo com tal grupo é urgente para a elaboração de medidas protetivas eficazes, uma vez que a presença e a forma de aplicação dessas medidas estão diretamente relacionadas ao sofrimento emocional, físico e social dessa população. Assim, os relatos valiosos dos jovens mostram uma perspectiva única de suas próprias vivências e problemáticas de forma mais profunda do que aqueles que observam de fora e que, não raro, acabam sendo as pessoas que elaboram as políticas públicas para esse grupo. O artigo 4, inclusive, narra o método de “mesas cidadãos” como conferências em que os jovens são capazes de oferecer soluções e contribuir para o desenvolvimento urbano.

4.3. A juventude: uma construção sócio-histórica

Em relação aos conceitos de utilizados para caracterizar juventude, os artigos 4, 6, e 7 não se aprofundam no tema e nem justificam se há critério rígido de idade na escolha dos sujeitos das pesquisas, utilizando juventude como sinônimo para sujeitos da nova geração no geral. Já os artigos 1, 2 e 3 entendem juventude enquanto fenômeno multissituado, que deve ser analisado a partir do contexto sócio-histórico – um momento de constante destruição e reconstrução – formado por jovens que dividem o ambiente social, simbologias coletivas, linguagens e identificações no processo histórico, reconhecendo as particularidades de raça, gênero e classe.

Tais noções coadunam com os postulados de Vygotsky (1984; 1996) que enfatiza que a aprendizagem ocorre por meio da mediação sociocultural, ou seja, a cultura e a experiência coletiva de um grupo são transmitidas aos indivíduos por meio de ferramentas culturais, como linguagem, símbolos, rituais e práticas sociais. Por meio da interação com os outros e da participação na experiência coletiva de sua cultura, os indivíduos desenvolvem a consciência e internalizam os padrões de pensamento, valores e normas da sociedade em que estão inseridos. Isso contribui para sua maneira de pensar, resolver problemas e se comportar, uma vez que os jovens adquirem e reinterpretam os elementos culturais para criar uma identidade pessoal. Assim, os jovens se identificam com certos grupos, valores e narrativas culturais que contribuem para sua autocompreensão. Porém, a mediação cultural não implica apenas na transmissão passiva de valores e normas culturais – a juventude transforma e reinterpreta a cultura à medida que a internaliza, resultando em mudanças culturais e sociais, à medida que os jovens questionam as normas existentes e buscam formas alternativas de expressão e construção de suas identidades (Vygotsky, 1984; 1996).

Diante disso, a dimensão subjetiva da juventude na perspectiva sócio-histórica implica que a construção da identidade, das emoções e das percepções dos jovens está profundamente enraizada nas interações sociais e culturais. Eles não apenas absorvem passivamente as influências de seu ambiente, mas também participam ativamente na criação de sua subjetividade e da objetividade concreta dentro da historicidade. Isso significa que a juventude não é um grupo homogêneo, e as experiências individuais variam amplamente com base em fatores como classe social, gênero, raça e contexto histórico (Bock, 2004).

4.4. A ressignificação do sofrimento por meio da experiência coletiva

A noção vygotskyana de mediação cultural (1981), descrita anteriormente condiz com as similaridades encontradas entre os jovens participantes dos estudos, que, por um lado, tem consciência de seu papel social indesejado no espaço urbano, e até internalizam certas noções meritocráticas, almejando subir na hierarquia social para serem tratados com dignidade. Mas, por outro, encontram sentido nas mobilizações coletivas e de resistência, construindo, assim, laços identitários profundos com o local onde moram, de forma que há um impacto perceptível dessas ações e experiências compartilhadas nos resultados dos artigos.

Dessa forma, é possível entender a ambiguidade encontrada nos artigos selecionados, a partir da “contradição” enquanto categoria fundamental dentro da psicologia sócio- histórica, que busca entender como os processos psicológicos individuais e coletivos são influenciados pelas relações sociais e históricas. Tal categoria não se refere apenas a um conflito aparente entre elementos, mas sim às tensões e antagonismos inerentes às sociedades e às relações entre os indivíduos e as estruturas sociais (Aguar *et al.*, 2015). Para Psicologia Sócio-histórica, a contradição emerge das disparidades entre as necessidades e aspirações individuais e as limitações e conflitos sociais. Essas contradições podem ser manifestadas nas formas de compreensão de mundo, em suas emoções, nos processos de identidade, nas ações cotidianas e nas lutas por mudanças sociais. (Aguar *et al.*, 2015).

Desse modo, ao entender tais contradições como propulsoras de mudança, nota-se que as emoções e pensamentos contraditórios ao enfrentar às opressões, descasos e violências da vida periférica são cheios de afetos negativos, porém, também representam a possibilidade de reelaboração de tais sofrimentos em mudança e resistência por meio da experiência coletiva. A conscientização a respeito dos processos de violência, que a juventude representada nos artigos sofre, permite um encontro de sentidos na indignação e frustração que colabora para sua sobrevivência à marginalização social e urbana, bem como cria expectativas de melhora de seus bairros e de suas vidas, apesar do reconhecimento de terem bem menos chances de mobilidade social pelas mesmas vias que a juventude do centro. Assim, há um sentimento de desesperança e até certo conformismo, como expõem os artigos 1 e 3, que é, por vezes, convertido em potência, como exposto nos artigos 2,3, 4, 5,6 e 7, que lhes incentiva a criar formas diferentes de resistir e habitar o território periférico, fora dos discursos hegemônicos, por meio das

mobilizações coletivas. O artigo 1, inclusive, coloca a arte, a cultura do “hip-hop” como parte dessa mobilização coletiva por ser um vetor da conscientização coletiva e uma forma de produção expressiva que promove a desindividualização.

É possível entender a importância de tais experiências para juventude periférica, ao considerar a saída da infância como momento de desenvolvimento maior do pensamento abstrato, do processo de subjetivação e da internalização de funções psíquicas superiores, em que desenvolvem habilidades sociais e culturais para lidar com as demandas da vida adulta por meio da experimentação (Vygotsky, 1984). O processo de internalização envolve a absorção de conceitos, valores e comportamentos da cultura circundante. Dessa forma, as experiências coletivas desempenham um papel especialmente crucial no processo de internalização da juventude, à medida que os adolescentes participam ativamente da cultura de seu grupo social, influenciando na formação de sua personalidade e na construção de sua identidade (Vygotsky, 1984).

Diante disso, a partir dos artigos, ao entender que a juventude periférica experimenta mais situações violentas, tem menos oportunidade de lazer no espaço urbano e menos acesso a recursos educativos, compreende-se que os movimentos coletivos, a conscientização e a cumplicidade diante do sofrimento operam como espaços de experimentações, desenvolvimento e potência para a construção de pensamentos criativos, flexíveis e complexos por meio da mediação cultural, descrita por Vygotsky (1984), permitindo que a juventude da periferia crie e recrie suas formas de sobrevivência e resistência em meio às opressões físicas, urbanas e simbólicas, além de promover espaços de participação política essenciais para o processo histórico de garantia de direitos dessa população, como demonstrado especialmente no artigo 7. Tal artigo narra, por meio do estudo etnográfico, as histórias geracionais de luta das diferentes gerações e das diversas estratégias adotadas mesmo com os confrontos de faixas etárias e aponta um protagonismo juvenil importantíssimo.

4.5. O relato oral como método de apreensão de significados

Os artigos selecionados utilizam métodos de análise a partir de diversos dados, porém, entre eles, todos utilizam a narrativa oral dos jovens moradores da periferia. De acordo com Vygotsky (2004, p.182), “O pensamento é uma nuvem, da qual a fala se desprende em gotas”. Dessa forma, o autor coloca que o pensamento se consolida na palavra, no expressar da linguagem, que tem um papel importante na mediação cultural,

essencial para o desenvolvimento das funções psíquicas superiores. Para psicologia sócio-histórica, a subjetividade é vista como intrinsecamente ligada às interações do indivíduo com seu ambiente social e cultural. O relato oral se revela uma ferramenta essencial para desvendar os mistérios da subjetividade humana, visto que, por seu intermédio, os indivíduos têm a oportunidade de expressar suas experiências pessoais, emoções, pensamentos e percepções de maneira aberta e reflexiva, o que torna o relato oral particularmente valioso, visto que é capaz de contextualizar a subjetividade no ambiente social e histórico em que o sujeito está imerso. Ao compartilhar suas histórias e vivências, os sujeitos também revelam informações sobre o contexto cultural, as relações interpessoais e as influências históricas que moldam sua subjetividade (Aguilar e Ozella, 2013).

Além disso, o relato oral facilita um diálogo interativo entre o pesquisador e o sujeito. Durante entrevistas e conversas, os pesquisadores podem estimular reflexões mais profundas por meio de instigações e comentários, bem como se aproximar mais dos sujeitos, promovendo formas de pesquisa mais horizontais. Esse diálogo enriquecedor permite uma exploração aprofundada das experiências e percepções do sujeito, muitas vezes revelando nuances e ambiguidades que não estariam acessíveis por outros métodos. Diante disso, o relato oral frequentemente expõe complexidades, ambivalências e contradições nas narrativas dos sujeitos, visto que a própria subjetividade humana, é moldada por uma multiplicidade de influências e experiências ao longo da vida. De acordo com González Rey (2002), o diálogo é capaz de produzir climas de segurança, interesse, confiança e tensão que favorecem a conceituação das experiências de forma progressiva e orgânica, sendo, assim, um instrumento valioso para pesquisa qualitativa e para a compreensão da subjetividade em dialética com os fenômenos sociais concretos. Ou seja, ao analisar a fala da juventude e suas produções culturais, as entendendo como formas de linguagem, de mediação cultural, os autores têm um importante recurso para a análise da dimensão subjetiva do morar na periferia, reflexo da própria desigualdade social na cidade de São Paulo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o objetivo estabelecido e na metodologia proposta, norteadas pela pergunta: “Como as vivências dos jovens moradores da periferia se relacionam com a dimensão subjetiva da desigualdade social na cidade de São Paulo?”, foi possível entender que a juventude enquanto fenômeno social multifatorial vai muito além da construção biológica de uma faixa etária, tem seu cerne em uma fase da vida atravessada por fatores de historicidade, raça, gênero e classe social. A literatura selecionada, ao conceituar juventude, não se restringe a um intervalo de idade específico, priorizando a análise do contexto sócio-histórico que confronta e é confrontado por esses indivíduos.

Ademais, os artigos conceituam a periferia de forma que há uma clara relação entre a falta de recursos e a distância física do espaço urbano, não por mera coincidência, mas por diversos mecanismos de opressão e segregação social que refletem-se fisicamente. Porém, os autores concluem que, mais do que o critério de distância do centro, a periferia transpassa as noções de território enquanto espaço físico, incorporando formas de viver e sobreviver à desigualdade social expressa nos espaços urbanos. Assim, ao discutir-se a juventude periférica como grupo a ser cuidado e analisado, a psicologia deve compreender a dialética entre os fenômenos concretos e as significações atribuídas a eles.

Os jovens entrevistados nos artigos aqui analisados expressam a subjetividade da vivência de suas idades, raças, gêneros dentro do mesmo momento histórico a partir do local que habitam, cresceram e, de certa forma, dividem – a periferia. Por meio do relato oral e da interação verbal com os pesquisadores, tais jovens expõem uma profunda compreensão de suas vivências enquanto grupo marginalizado, não raro violentado pelo próprio governo, com maiores desafios sociais e rejeição nos espaços da cidade de São Paulo. Porém, as falas de tais sujeitos também expressam uma profunda conexão com a periferia, enquanto local identitário de dores, mas também de afeto, onde jovens de diversas periferias da cidade dividem experiências, expressões culturais e se organizam para enfrentar os mecanismos de opressão que lhes sufoca.

Diante disso, a juventude periférica depara-se com a ambiguidade das compreensões das próprias vivências na periferia, mostrando como o movimento dialético e contraditório da desigualdade social na cidade de São Paulo é apreendido em sua dimensão subjetiva. Ao analisar tal ambiguidade a partir da “contradição” como categoria da Psicologia Sócio-histórica, que abarca relações e tensões entre o indivíduo e

as estruturas sociais, entre a dialética das realidades objetiva e subjetiva, é possível compreender como a objetividade de um fenômeno particular, a vivência dos jovens da desigualdade social na periferia, é apreendida pelo sujeito, e como esse fenômeno histórico e social se dá em sua dimensão subjetiva. Dessa maneira, é possível identificar nos artigos que a juventude periférica cria e recria seus espaços de cumplicidade, ressignificação, experimentação e desenvolvimento, que lhes são tão importantes nesse momento da vida, transformando a violência em indignação, potência, alegria e esperança por meio da coletividade.

Por meio da revisão de literatura realizada observa-se que, ainda que a bibliografia atual traga pontos importantes a respeito das vivências desse grupo, há uma escassez de artigos que discutem o tema diretamente sob o ponto de vista da Psicologia Sócio-histórica. Portanto, ao apontar tendências e conceitos sobre a juventude periférica e a dimensão subjetiva da desigualdade social na cidade de São Paulo a partir da Psicologia Sócio-histórica, a pesquisa feita reafirma a importância de novos estudos para área com o objetivo de auxiliar as práticas de cuidado não hegemônicas, voltadas para e a partir das vivências desse grupo marginalizado que tem sido historicamente negligenciado e violentado pelo Estado.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, C.; VICENTIN, M. C. Políticas de segurança e guerra aos pobres: o Caso da Praça Sete Jovens. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, p. 238-251, 2018.

AGUIAR, W.; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 26, n. 2, p. 222-245, jun. 2006. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/s1414-98932006000200006>. Acesso em: 23 jun. 2023.

AGUIAR, W.; OZELLA, S. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **R. bras. Est. pedag.**, v. 94, n. 236, p. 299–322, jan. 2013.

AGUIAR, W.; SOARES, J.; MACHADO, V. Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. **Cadernos de pesquisa**, v. 4, n. 155, p. 56–75, jan. 2015.

ALMEIDA, R. Juventude, direito à cidade e cidadania cultural na periferia de São Paulo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 151-172, 2013.

AMADO, J. **Capitães da areia**. 3. ed. São Paulo: Martins, p.219, 1947.

AMARAL, M.; PAPARELLI, R. Desigualdade Social: Significações de Prounistas do curso de Psicologia da PUC-SP. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 8, n. 2, p. 156-166, 2019.

ARRUDA, D.; VICENTIN, M.C. Processos de subjetivação das juventudes periféricas: reconhecimento, cultura hip-hop e cotidianidade. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 14, n. 41, p. 461-484, 2022.

BAPTISTA, B. O.; BEUTER, M.; PERLINI, N. M. O. G.-; BRONDANI, C. M.; BUDÓ, M. L. D.; SANTOS, N. O. dos. A sobrecarga do familiar cuidador no âmbito domiciliar: uma revisão integrativa da literatura. **Revista Gaúcha de**

Enfermagem, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 1-9, março 2012.

BOCK, Ana M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; ROSA, E. (orgs.) – **Dimensão subjetiva da realidade – uma proposta para uma leitura crítica em psicologia** (e-book). São Paulo: Cortez, 2020, p. 17-38.

BOCK, Ana M. B. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. **Cadernos do Cedes/Centro de Estudos Educação e Sociedade**, v. 24, n.62. Campinas: CEDES, abril 2004, p.26-43.

CAMPOS, A.; POCHMAN, M.; AMORIM, R.; SILVA, R. (orgs.) – **Atlas da Exclusão Social no Brasil**. v. 2. São Paulo: Cortez, 2004.

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da violência 2020**. Brasília: Ipea; FBSP, 2020.
Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 23 de junho de 2021.

CIFALI, A. C.; FEFFERMANN, M. Desigualdade, segregação sócio-espacial e participação social. In: MAYER, L. (Ed.). **Ciudades x jóvenes : aportes para la nueva agenda urbana desde las juventudes latinoamericanas**. Santiago, Chile : TECHO, 2020. p. 77–107.

D’ANDREA, T. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos Estudos CEBRAP – SP**, v. 39, n. 1, 2020, p. 19-36.

D’ANDREA, T. Introdução: Notas sobre uma pesquisa engajada na necessidade de reinvenção das periferias. **Reflexões Periféricas**, São Paulo, p. 29-43, 2021.

DANTAS, J. G. T., MICHELI, D. A favela onde moro: O território sob a perspectiva dos jovens. **Cien Saude Colet**, 2021. [Citado em 21/09/2023]. **Está**

disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/a-favela-onde-moro-o-territorio-sob-a-perspectiva-dos-jovens/18018?id=18018&id=18018>

ERCOLE, F. F., MELO, L. S. de, ALCOFORADO, C. L. G. C. Revisão Integrativa versus Revisão Sistemática. **Rev Min Enferm.**, v. 18, n. 1, p. 1-11, 2014.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FUNDAÇÃO SAEDE. **IPVS - Governo do Estado de São Paulo**. Maio 2009.

Disponível

em: <http://ipvs.seade.gov.br/view/index.php?selLoc=0&selTpLoc=2&prodCod=2>. Acesso em: 21 nov. 2022.

GONZÁLEZ REY, F.L. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos edesafios**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

GLOBO FILMES. **Cidade de Deus**. Direção de Fernando Meirelles. Rio de Janeiro, 2002. 1 DVD (130 min.).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Expectativa de vida dos brasileiros aumenta 3 meses e chega a 76,6 anos em 2019 | Agência de Notícias**. 26 nov. 2020b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29505-expectativa-de-vida-dos-brasileiros-aumenta-3-meses-e-chega-a-76-6-anos-em-2019>. Acesso em: 9 nov. 2022.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo, Moraes, 1991.

LOPES, R.; SILVA, C. R.; MALFITANO, A. P. Adolescência e juventude de grupos populares urbanos no Brasil e as políticas públicas:apontamentos históricos. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 23, p. 114-130, 2006.

MATSUMOTO, A. E.; AMARAL, M. M. Psicologia, marxismo, relações raciais e de gênero: contribuições da psicologia sócio-histórica a partir da categoria “dimensão

subjetiva da realidade”. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, v. 14, n. 00, p. e021019, 2021. DOI: 10.20396/cemarx.v14i00.15371. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/15371>. Acesso em: 7 set. 2023.

MENEZES, J.; DA SILVA, R. Periferia é periferia em qualquer lugar? *In*: SANTOS, Abrahão *et al.* **Psicologia Brasileira na Luta Antirracista**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2022. v. 1, p. 298-325.

MORENO, G. G.. JUVENTUDE E VIDA ASSOCIATIVA NAS PERIFERIAS DE SÃO PAULO. **Caderno CRH**, v. 31, n. 84, p. 581–599, set. 2018.

NERY, M. B. *et al.* Os padrões urbano-demográficos da capital paulista. **Estudos Avançados**, [s. l.], ed. 33, 2019. DOI DOI: 10.1590/s0103- 4014.2019.3397.002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/7tCwYPWjSgH3BPVVG6RQhG/?lang=pt>. Acesso em: 16 fev. 2023.

OLIVEIRA, E. DE *et al.* Contribuição da interseccionalidade na compreensão da saúde-doença-cuidado de homens jovens em contextos de pobreza urbana. **Interface (Botucatu, Online)**, p. e180736–e180736, 2020.

POCHMANN, M. **Desigualdade econômica do Brasil**. São Paulo: Ideias e Letras, 2015.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, p. 117-142, 2005.

RACIONAIS MC’s. **Holocausto urbano**. São Paulo: Zimbabwe, 1990.

_____. **Escolha seu caminho**. São Paulo: Zimbabwe, 1992.

_____. **Raio-X do Brasil**. São Paulo: Zimbabwe, 1993.

_____. **Sobrevivendo no inferno**. São Paulo: Cosa Nostra, 1997.

_____. **Nada como um dia após outro dia**. São Paulo: Cosa Nostra, 2002.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da Desigualdade Social 2022**. [S. l.: s. n.], nov. 2022. Mapa da Desigualdade Social em São Paulo. Disponível em: <https://portal.tcm.sp.gov.br/Management/GestaoPublicacao/DocumentoId?IdFile=cc0dd502-4ce9-4cc8-afb9-cb81afc84f47>

RODE, C. A.; TEIXEIRA, M. de L. T. Subjetivar-se em situação de violência: a violência de estado e a criminalidade na vida dos adolescentes da periferia autores de atos infracionais. **Psicologia Revista**, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 213–237, 2023. DOI: 10.23925/2594-3871.2023v32i1p213-237. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/53312>. Acesso em: 23 out. 2023.

SALATA, A. R.; RIBEIRO, M. G. **Boletim Desigualdade nas Metrôpoles**. Porto Alegre/RS, n. 09, 2022 Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrololes.net.br/>

SANTOS, M. O Dinheiro e o Território. **GEOgraphia**, v. 1, n. 1, p. 7-13, 9 set. 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. . São Paulo: Hucitec. Acesso em: 21 set. 2023., 1996

SOUZA, M.; SILVA, M. D.; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer? **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, mar. 2010. <https://doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>

STAMATO, M. I. C. **Protagonismo juvenil: uma práxis sócio-histórica de resignificação da juventude**. 2008. 222 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

UNICEF - FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA; ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO; GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório de Atividades** (Comitê Paulista pela Prevenção de Homicídios na adolescência, Ed.). São Paulo, 2021. Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/media/13346/file/relatorio-2020_comite-paulista-prevencao-homicidios-adolescencia.pdf>. Acesso em: 21 set. 2023.

VYGOTSKY, L. S. **The instrumental method in psychology**. In: WERTSCH, James (org.) *The concept of activity in soviet psychology*. New York: M. E. Sharpe, Inc. 1981.

VYGOTSKY, L. S. **A formação Social da mente**. Sao Paulo: MartinsCortez, 1984.

VYGOSTKY, L. S.. **Obras escogidas, tomo IV**. Madrid: Visor/MEC,1996.

VYGOSTKY, L. S. O significado histórico da crise da psicologia: uma investigação metodológica. In L. S. Vigotski. **Teoria e método em psicologia** (3ª ed.,pp.203-417). São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Originalmente publicado em 1927)